**DMA PSICOPEDAGOGIA**

**DEJANE MASCARENHAS ARAÚJO**

**SANDRA MARIA SOUZA**

**A EDUCAÇÃO COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL**

**O HOMEM E O DIREITO À DIGNIDADE**

**SANTOS – SP**

**2013**

**Intervenção e educação na dislexia**

A educação de alunos com necessidades educativas especiais, nas últimas duas décadas evoluiu para Educação Inclusiva.

Esta última preconiza que todos os alunos com dificuldades de aprendizagem, mesmo aqueles com condições que afetem a aprendizagem como deficiências físicas, múltiplas (paralisia cerebral, surdo cegueira etc.), sensoriais (auditiva e visual), mental, transtornos severos de comportamento ou condutas típicas (autismo e psicoses), bem como altas habilidades (superdotados), devem ser inseridos no sistema regular de ensino, com o mínimo possível de distorção idade-série.

O desenvolvimento de novas metodologias e técnicas específicas de ensino permitiu a aprendizagem e o desenvolvimento acadêmico de sujeitos, com dificuldades de aprendizagem, até então quase alijados do processo educacional.

A ênfase não é mais na carência do indivíduo, mas sim a falha em proporcionar condições adequadas que promovessem a sua aprendizagem e desenvolvimento (Glat& Fernandes, 2005).

No entanto, para oferecer uma educação de qualidade para todos os educandos, inclusive para os disléxicos que têm dificuldades de aprender assim como para os demais alunos com necessidades especiais, a escola precisa reorganizar sua estrutura de funcionamento, metodologia e recursos pedagógicos, e principalmente, conscientizar e capacitar seus profissionais para essa nova realidade.

Este aspecto derradeiro merece destaque, já que diversos estudos vêm apontando a melhoria da formação de professores como condição essencial e premente para a efetivação da Educação Inclusiva ou para alunos com dificuldades de aprendizagem. (Bueno, 1999; 2001; Glat& Nogueira, 2003; Glat&Pletsch, 2004, entre outros).

Assim, vale ressaltar a responsabilidade, não só das instituições de ensino, mas também da família e do Estado no bom desenvolvimento educacional do disléxico, bem como na detecção do problema.

* 1. **A Familiar no processo de tratamento do disléxico**

As famílias com histórico de dislexia devem fazer o máximo para reconhecer precocemente a existência do problema em algum ente e não havendo antecedentes, o diagnóstico pode ser feito nos primeiros contatos com a escola, se os professores detectarem os primeiros sinais.

Se os sintomas da dislexia forem percebidos em casa antes da criança chegar à escola a ajuda especializada já deve ser procurada.

Não poucos pais, por falta de conhecimento, se envergonham de ter um filho disléxico e evitam tratar o problema.

Entretanto, não deve haver preocupação em esconder que na família tem um portador de dislexia, pois conhecer as características é o melhor caminho para evitar prejuízos, não só no desempenho escolar, mas também social.

Para os disléxicos a família deve dar preferência às escolas preparadas para atender suas necessidades específicas. Os serviços de educação especial podem incluir auxílio de especialistas, tutorias individuais, aulas especiais e ambientes favorecedores. Cada indivíduo tem necessidades diferentes, por isso o plano de tratamento deve ser individualizado, até para crianças que não são disléxicas.

Ademais, se manter em contato com a escola e demais profissionais que acompanham o disléxico é dever indispensável da família para um bom desenvolvimento nos programas de tratamento educativo.

**Referências Bibliográficas**

AJURIAGUERRA, J.**Manual de Psiquiatria Infantil.** 2. ed. Rio deJaneiro: Masson do Brasil, 1970

BOSSA, Nadia A. **A Psicopedagogia no Brasil**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artes Médicas Sul, 2000.BRASIL.

**Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional,1988.

Brasil. Conselho Nacional de Educação - **Câmara de Educação Básica** ­Resolução CNE/CNB n.2 de 11 de setembro de 2001 - Brasília.

\_\_\_\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Ensino Básico. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.13

\_\_\_\_\_\_\_\_.  **Lei de Diretrizes e Bases da Educação(Lei 9.394/96)**.Congresso Nacional. Brasília, Centro Gráfico,1996.

\_\_\_\_\_\_\_\_. Ministério de Educação - **Secretaria de Educação Especial ­POLÍTICA NACIONAl DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**, Brasília MEC - SEEDSP 1994.

BUENO, J. G. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, vol. 3. nº5, 7-25, 1999.

CAPOVILLA, A. G. S.; CAPOVILLA, F. C. **Alfabetização: método fônico**. São Paulo: Memnon, 2004.

FERNÁNDEZ, Alicia. **A Inteligência Aprisionada**. Porto Alegre, ArtMed, 1991.

FREIRE, Paulo.**Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

\_\_\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. Rio Janeiro, Paz e Terra: 1ª Ed. 1970

FREITAS, Tânia Maria de Campos. **Tratamento psicopedagógico do jovem disléxico**. Acesso em: 05 dedezembro de 2011. Disponível em: <http://www.dislexia.org.br>.

GLAT & FERNANDES, E. M. Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da Educação Especial brasileira. **Revista Inclusão**: MEC / SEESP, vol. 1, nº 1, p. 35-39, 2005.

\_\_\_\_\_\_\_. & NOGUEIRA, M. L. de L. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. **Revista Integração**, vol. 24, ano 14, Brasília: MEC/SEESP, p.22-27, 2002.

\_\_\_\_\_\_\_. & PLETSCH, M. D. O papel da universidade frente às políticas públicas para Educação Inclusiva. **Revista Benjamim Constant**, ano 10, nº 29.

 HOUT, Anne Van, ESTIENNE, Françoise. **Dislexias: descrição, avaliação, explicação e tratamento**. Tradução de Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2001.

KIGUEL, Sonia Moojen. Reabilitação em Neurologia e Psiquiatria Infantil – Aspectos Psicopedagógicos. Congresso Brasileiro de Neurologia e Psiquiatria Infantil – **A Criança e o Adolescente da Década de 80**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Abenepe, vol. 2, 1983.

LOPES, João A. **Conceptualização, avaliação e intervenção nas dificuldades de aprendizagem: A sofisticada arquitectura de um equívoco**. Psiquilibrios, 2010.

MARTINS, Vicente. A dislexia em sala de aula. In PINTO, Maria Alice Leite. (Org.). **Psicopedagogia: diversas faces, múltiplos olhares**. São Paulo: Olho d"áGUA, 2003.

MAUCO, George. **Psicanálise e Educação**. (?): Editora  Moraes, 1959.

MERY, Janine. **Pedagogia curativa escolar e psicanálise**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

NICO, Maria Ângela N. (2005). **Dislexia**. Disponível em http://www.dislexia.org.br. Acesso em 02/01/2012.

RICHARDSON, J. &Wydell, T. (2003). The representation and attainment of students with dyslexia in **UK higher education**. Reading andWriting: AnInterdisciplinaryJournal, 16, 475-503.

ROUSSEAU, J.J. Emílio, ou Da educação. Trad. Roberto Leal Ferreira. SãoPaulo: Martins Fontes, 1999.

SÁNCHEZ, Jesus-Nicásio García.**Dificuldades de aprendizagem e intervenção Psicopedagógica**.trad. Ernani Rosa. – Porto Alegre: Artmed,2004.

SOUZA, Iracy Sá de. Psicologia: **A aprendizagem e seus problemas**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969.

VENTURA, LO; TRAVASSOS, SB; DA SILVA, OA; DOLAN, MA. **Dislexia e Distúrbios de Aprendizagem**. Rio de Janeiro, Cultura Médica, Cap.18 p.159-174, 2011.

ZENTI, Luciana. A arte de ser professor. In: **Revista Nova Escola**, n.136. out. 2000. São Paulo: Editora Abril. P. 17-23.

**Fontes Eletrônicas de Pesquisa**

<http://www.andislexia.org.br>. acesso em: 16 mar. 2011.

<http://pessoal.educacional.com.br/up/4380001/1946284/t202.asp>

[http://www.webartigos.com/articles/4762/1/Inclusao-Direito-De Todos/pagina1.html#ixzz1S7kOeL7b](http://www.webartigos.com/articles/4762/1/Inclusao-Direito-De%20Todos/pagina1.html#ixzz1S7kOeL7b) - acesso em 12/09/2011

<http://www.webartigos.com/articles/5190/1/Inclusao-Escolar/pagina1.html#ixzz1S7jtSM8p> - acesso em 12/07/2011